

5 – RELATÓRIO DE GESTÃO

5.1 – APRESENTAÇÃO

O retromencionado relatório de gestão, parte integrante da Prestação de Contas Anual/2017, do Instituto de Terras do Estado do Tocantins, tem a finalidade de demonstrar e informar sucintamente através dos tópicos delineados a seguir, a eficácia e a eficiência das metas e ações propostas pelo PPA, referente ao exercício de 2017, evidenciando como foram realizadas as ações planejadas por este Instituto para o exercício sob comento.

Nesse passo, a prestação de contas que ora se apresenta, constitui uma etapa obrigatória do ciclo de gestão, tendo no seu bojo processual a elaboração e execução dos projetos, tanto orçamentário, financeiro e aprimoramento das atividades técnicas e administrativas.

A elaboração dessa prestação de contas foi solidificada através da avaliação do exercício/2017, tendo, inclusive, a participação efetiva dos diversos setores do ITERTINS, visando o desenvolvimento da cultura de avaliação no âmbito da gestão.

Destarte, passamos a descrever o relatório, a fim de subsidiar a tomada de decisões em cada uma das etapas a serem desenvolvidas, assegurando, dessa forma, o processo sistêmico e contínuo de aperfeiçoamento gradativo dos programas, bem como do modelo de gestão adotado por esta Administração.

5.2 – BASE LEGAL

O INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS, entidade de direito público interno, constituída sob a forma de autarquia, com patrimônio próprio, autonomia técnica, administrativa e financeira, foi criada pela Lei nº 87, de 27 de outubro de 1989, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária pela Lei nº 2.581, de 22 de maio de 2012, tem as atribuições de suas unidades administrativas definidas no Regimento Interno, homologado pela Portaria n 0271/2014, publicada no Diário



Oficial do Estado nº 4.206, de 03 de setembro de 2014. Com sua estrutura alterada pela Lei nº 2.986, publicada no Diário Oficial nº 4.414, de 13 de julho de 2015, conforme Art. 10 da Instrução Normativa TCE nº 006/2003 de 25 de junho de 2003.

5.3 – MISSÃO DO ÓRGÃO

O INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS, é uma autarquia estadual, que tem como missão executar a política agrária de regularização e ordenamento fundiário, aos ocupantes e proprietários detentores de imóveis rurais, garantindo a segurança jurídica, a legalidade e a outorga do título definitivo de domínio. Destarte, visa ser reconhecido como excelência em regularização fundiária de terras rurais, sejam elas devolutas ou de particulares, tudo em conformidade com os princípios basilares que norteiam a Administração Pública, quais sejam, legalidade, impessoalidade, publicidade moralidade e eficiência.

5.4 – OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

A execução orçamentária do ITERTINS referente ao exercício de 2017, realizou-se com base nos seguintes instrumentos legais:

PPA – Plano Plurianual, Lei nº 3.051, de 21 de dezembro de 2016, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o período 2016-2019, publicada no DOE 4.527, que circulou em 23/12/2015;

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3.175, de 28 de dezembro de 2016, dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei orçamentária de 2017, publicada no DOE nº 4.774, de 29/12/2016;

LOA – Lei Orçamentária Anual nº 3.177 de 28 de dezembro de 2016, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2017, publicada no DOE nº 4.775, que circulou em 30/12/2016;





Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas Gerais do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece as normas para licitações e contratos da administração pública;

Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e se corrijam os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização, como premissas básicas.

Além das Leis citadas acima, também tiveram como base legal os decretos, portarias, instruções normativas, expedidas pelo Poder Executivo e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que regulamentam a execução orçamentária da administração pública.

Demais disso, insta consignar que com o PPA, LDO, LOA – Lei Orçamentária Anual do exercício de 2017, o recurso orçado foi suplementado e remanejado em virtude de abertura de crédito adicional e de fatos que determinaram a adequação orçamentária deste órgão.

Nesse sentido, o ITERTINS teve como orçamento inicial o valor total de R\$ **12.545.564,00** (doze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil quinhentos e sessenta e quatro reais), ocorrendo uma suplementação de R\$ **1.648.868,00** (um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais), deste R\$ 305.900,00 de crédito adicional referente a suplementação destinado a **pessoal e seus encargos**, que excluem-se do limite fixado pelo parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.177, de 28 de dezembro de 2016, o que corresponde a 2,40%.

Nestes termos, houve **aumento real** do orçamento inicial fixado, correspondente a **10,70%**, excluindo os créditos suplementares destinados a convênios, pessoal e encargos, e às contrapartida de convênio. Esta Autarquia não dispunha em seu orçamento inicial para investimento, os recursos necessários para suprir as necessidades de equipamentos e materiais permanentes desta pasta, a suplementação ocorreu em face da





deliberação do Chefe do Poder Executivo e devido a morosidade dos procedimentos administrativos os recursos não foram utilizados impossibilitando assim a efetivação das aquisições.

Destarte, o orçamento total de **R\$ 14.194.432,00** (quatorze milhões cento e noventa e quatro mil e quatrocentos e trinta e dois reais), resultou das suplementações, conforme descrito no quadro abaixo, evidenciando o seu total, considerando todas as fontes de recursos (anexo 11 orçamentário).

Especificação	Valor	%
Orçamento Inicial	12.545.564,00	100,00
(-) Reduções	00,00	0,00
(+) Suplementações	1.648.868,00	13,14
Transposição	285.0000,00	2,27
Transferência	1.248.432,00	9,94
TOTAL	14.194.432,00	113,14

5.5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE DE RECURSO

Categoria Econômica	Autorizada	Executada	Saldo	%
Despesas Correntes	6.659.172,00	6.253.751,88	405.420,12	93,91
Despesas de Capital	7.535.260,00	00,00	7.535.260,00	0,00
TOTAL	14.194.432,00	6.253.751,88	7.940.680,12	44,05

(anexo 02 – Lei nº 4.320/64)

Fonte de Recursos	Autorizada	Executada	Saldo	%
0100 – Recursos Ordinários	7.288.107,00	5.801.736,00	1.486.371,00	79,60
0225 – Recursos de Convênios com órgãos Federais	290.000,00	241.587,47	48.412,53	83,30
0226 – Alienação de Bens Imóveis	192.292,00	0,00	192.292,00	0
0240 – Recursos Próprios	424.033,00	210.428,41	213.604,59	49,62



4220 – Operações de créditos externas - em moeda	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00	0
TOTAL	14.194.432,00	6.253.751,88	7.940.680,12	44,05

(anexo 11 – Lei nº 4.320/64, opção 6)

Do quadro demonstrativo acima, vislumbra-se que do total dos recursos autorizados (R\$ **14.194.432,00**), houve a execução de 44,05% (R\$ **6.253.751,88**). Nesse sentido façamos algumas considerações a seguir.

Pois bem, quanto aos recursos aportados na **fonte 0225 (Recursos de Convênios com Órgão Federais)** para utilização no exercício de 2017, foram finalizados os trabalhos de georeferenciamento do Convênio 12.000/2007 com vigência até novembro/17, onde foi feita a prestação de contas e devolução de saldo não utilizado dos rendimentos do referido Convênio para a União, restando a Sefaz recolher ao tesouro a parte referente a contrapartida.

Os recursos aportados na **fonte 0226 (Recursos de Alienação de Bens Imoveis)** para utilização em investimento no exercício de 2017, devido ao atual cenário econômico/financeiro que passa o País e o Estado, não foram utilizados os recursos devido a disponibilidade orçamentária ser insuficientes para prover os investimentos necessários que a Sede do Itertins necessita.

Já os recursos aportados na **fonte 4220 (Recursos De Operações De Créditos Externas - Em Moeda)**, não foram utilizados devido a não efetivação das parcerias que seriam firmadas no exercício de 2017.

No que se refere aos recursos ordinários, os mesmos foram executados na ordem de 79,60%, (setenta e nove virgula sessenta por cento), enquanto que os recursos próprios, tiveram uma execução de 49,62% (quarenta e nove virgula sessenta e dois cento).

Sendo assim, a execução orçamentária prevista para 2017, utilizou-se 44,05% (quarenta e quatro vírgula cinco por cento).

5.5.1- Licitações, Dispensas e Inexigibilidade

Em 2017, foram realizadas as seguintes despesas, conforme descrito no relatório



por tipo de licitação (SIAFEM - desplic):

Modalidade	Quantidade	Valor Total
Dispensa de licitação	16	121.042,32
Inexigível	5	22.121,70
Não Aplicável (Incluindo Folha de Pagamento, Diárias e restituições de saldo de convênios federais)	26	6.129.899,61
Pregão	25	195.809,00
TOTAL	72	6.253.751,88

5.5.2 – Contratos

Os contratos e/ou termos aditivos celebrados no exercício de 2017, foram liquidados o valor total de R\$ 1.430.106,78 (um milhão, quatrocentos e trinta mil, cento e seis reais e setenta e oito centavos), tendo como saldo a liquidar o valor total de R\$ 518.817,69 (quinhentos e dezoito mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e nove centavos), conforme saldo dos demonstrativos das contas contábeis nº 812310202 (Contratos Liquidados) e 812310201 (Contratos a Liquidar), respectivamente.

5.6 – EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPA

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS, desenvolveu as suas ações estruturadas nos seguinte programas de Gestão e Finalístico.

- Manutenção e Gestão do Poder Executivo (1100) com o Macrodesafio: Gestão, Manutenção e Serviços, no Eixo – Manutenção e Gestão;

- Desenvolvimento Agropecuário (1148), Eixo - 4 Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, com Macrodesafio: Desenvolvimento Agrícola, Objetivo: Promover a Regularização Fundiária. Para alcance dos objetivos também foram desenvolvidas ações de gestão que contribuíram significativamente para o cumprimento da sua finalidade.

Nesse passo os referidos programas tiveram recursos autorizados na ordem de **R\$ 14.194.432,00** (quatorze milhões cento e noventa e quatro mil e quatrocentos e trinta e dois reais), com execução de 44,05% (quarenta e quatro vírgula cinco por cento), ou seja, **R\$**





6.253.751,88 (seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e vinte e oitenta e oito centavos), conforme demonstrado no relatório de acompanhamento do PPA que serão apresentados a seguir.



Governo do
TOCANTINSObjetivos
Período: Anual de 2017**Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS****Órgão:**

34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS	ITERTINS
-------	---	----------

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

0222	Promover a Regularização Fundiária
------	------------------------------------

Referência:

Ano	Período
2.017	3o Quadrimestre

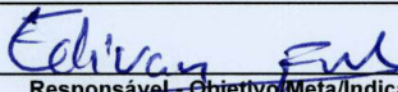
Análise:

O objetivo não foi alcançado satisfatoriamente em 2017, onde foi regularizado apenas 19,31% da área a ser regularizado no corrente ano, uma área de 53.595,0252 ha (cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco hectares, dois ares e cinquenta e dois centiares) nos diversos municípios do Estado, o que representa 4,83% da meta do quadriênio, uma vez que estava prevista para regularizar 277.620,0000 Hectares.

Cumprir destacar, que somado ao quantitativo de áreas tituladas, deve se considerar, também, as áreas que foram objeto de georreferenciamento, arrecadação e destacamento de matrícula, totalizando uma de 29.206,9825 hectares.

Demais disso, insta consignar que apesar da meta estabelecida, bem como as contenções de despesas proposta pelo estado com o orçamento limitado em razão da situação econômica do país e as demandas processuais (pendências técnicas e jurídicas ocasionadas pelo parte interessada), o Estado do Tocantins em consonância com ITERTINS, regularizou de forma considerável as áreas rurais, permitindo, àquele que cumpre a função social da terra, obter crédito rural, desenvolvimento da agricultura familiar etc.

Assinatura


Responsável - Objetivo/Meta/Indicador



Governo do
TOCANTINS

Indicadores
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Órgão:

34.510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS	ITERTINS
--------	---	----------

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

Enunciado Promover a Regularização Fundiária	Medida Hectare	Sigla ha
--	--------------------------	--------------------

Indicador:

Denominação	Definição	Fonte	Disponibilização	Fórmula
Percentual de Regularização Fundiária	Estabelecer a mensuração das áreas regularizadas no Estado do Tocantins, através do índice de regularização fundiária.			Total da área regularizada no período de referencia (quantidade de área regularizada / quantidade de área a regularizar= 9.161.490,1600 X 100) PRP = Quantidade de área regularizada _____ X 100, 9.161.490,1600 Onde, PRP = Percentual de regularização de posses

Índices

Atual 67,00	Desejado 71,00		Polaridade Maior Melhor
-----------------------	--------------------------	--	-----------------------------------

Apuração

Ano 2017	Período 3o Quadrimestre	Apurado 0,59	Data 31/12/2017	% Desejado 0,83	
--------------------	-----------------------------------	------------------------	---------------------------	---------------------------	--

Análise:

O Indicador não esta sendo alcançado com sucesso, tendo em vista que estamos no segundo ano do PPA 2016/2019, no qual foi regularizado apenas 53.595,0252 ha (cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco hectares, dois ares e cinquenta e dois centiares) o que representa 19,31% da meta planejada para o período e o acréscimo de 0,59% no índice de regularização da área total. Passando de 67% para 67,82%.

A meta prevista para o PPA 2016/2019 é de regularizar 12,12% da área não regularizada do território tocantinense, que representa 1.110.483,6560 ha (um milhão cento e dez mil quatrocentos e oitenta e três hectares, sessenta e cinco área e sessenta centiares), que passaria de 67% para 71% da área total do Estado.

Assinatura

Responsável - Objetivo/Meta/Indicador

Governo do
TOCANTINSMetas do Objetivo Regionalizadas
Período: Anual de 2017**Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS**

Órgão:

34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS	ITERTINS
-------	---	----------

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

Promover a Regularização Fundiária

Meta:

Descrição	Região
Regularizar 12,12% da área não regularizada do território tocantinense, que representa 1.110.483,6560 ha (um milhão e cento e dez mil, quatrocentos e oitenta e três hectares, sessenta e cinco ares e sessenta centiares), nas regiões Nordeste, Sudeste, Central e Jalapão compreendendo 51 municípios.	Região de Planejamento Sudeste

Referência

2016 - 2019	Unidade	Sigla	Ano	Período	Execução Acumulada	% Execução Acumulada
222.096,00	Hectare	ha	2017	3o Quadrimestre	26.886,58	12,10

Análise:

A meta do objetivo não foi alcançada com sucesso, tendo em vista que ainda é o segundo ano, do PPA em comento, onde a falta de recursos financeiro/orçamentario foi o fator principal pelo não atingimento da meta prevista. Em 2017, foi regularizado um total de 26.886,5820 ha (vinte e seis mil oitocentos e oitenta e seis hectares, cinquenta e oito ares e vinte centiares), o que representou 12,10% da meta prevista para o período, compreendendo 94 propriedades rurais nos municípios de Taguatinga, Natividade, Chapada da Natividade, Arraias, Taipas, Paranã, Dianópolis, Almas, Novo Jardim e São Valério.

OBS: Foram regularizados 53.595,0252 hectares (cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco hectares, dois ares e cinquenta e dois centiares) em todas as regiões do Estado em 2017, mais 29.206,9825 hectares, de áreas georreferenciadas, arrecadadas e destacadas matrículas.

Assinatura

Responsável - Objetivo/Meta/Indicador



Governo do
TOCANTINS

Metas do Objetivo Regionalizadas
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Órgão:

34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS	ITERTINS
-------	---	----------

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

Promover a Regularização Fundiária

Meta:

Descrição Regularizar 12,12% da área não regularizada do território tocaninense, que representa 1.110.483,6560 ha (um milhão e cento e dez mil, quatrocentos e oitenta e três hectares, sessenta e cinco ares e sessenta centiares), nas regiões Nordeste, Sudeste, Central e Jalapão compreendendo 51 municípios.	Região Região de Planejamento Jalapão
--	---

Referência

2016 - 2019	Unidade	Sigla	Ano	Período	Execução Acumulada	% Execução Acumulada
222.096,00	Hectare	ha	2017	3o Quadrimestre	5.223,38	2,35

Análise:

A meta do objetivo não foi alcançada com sucesso, tendo em vista que ainda é o segundo ano, do PPA em comento, onde a falta de recursos financeiro/orçamentario foi o fator principal pelo não atingimento da meta prevista. Em 2017 foi regularizado um total de 5.223,3899 ha (cinco mil, duzentos e vinte e três hectares, trinta e oito ares e noventa e nove centiares), o que representou 2,35% da meta prevista para o período, compreendendo 21 propriedades rurais nos municípios de Lizarda, Santa Rosa, São Félix e Silvanópolis.

OBS: Foram regularizados 53.595,0252 hectares (cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco hectares, dois ares e cinquenta e dois centiares) em todas as regiões do Estado em 2017, mais 29.206,9825 hectares, de áreas georreferenciadas, arrecadadas e destacadas matrículas.

Assinatura

Edivan FM
Responsável - Objetivo/Meta/Indicador

**Governo do
TOCANTINS****Metas do Objetivo Regionalizadas
Período: Anual de 2017****Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS****Órgão:**

34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS	ITERTINS
-------	---	----------

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

Promover a Regularização Fundiária

Meta:

Descrição	Região
Regularizar 12,12% da área não regularizada do território tocantinense, que representa 1.110.483,6560 ha (um milhão e cento e dez mil, quatrocentos e oitenta e três hectares, sessenta e cinco ares e sessenta centiares), nas regiões Nordeste, Sudeste, Central e Jalapão compreendendo 51 municípios.	Região de Planejamento Nordeste

Referência

2016 - 2019	Unidade	Sigla	Ano	Período	Execução Acumulada	% Execução Acumulada
222.096,00	Hectare	ha	2017	3o Quadrimestre	6.948,45	3,12

Análise:

A meta do objetivo não foi alcançada com sucesso, tendo em vista que ainda é o segundo ano, do PPA em comento, onde a falta de recursos financeiro/orçamentário foi o fator principal pelo não atingimento da meta prevista. Em 2017 foi regularizado um total de 6.948,4590 ha (seis mil e novecentos e quarenta e oito hectares, quarenta e cinco ares noventa centiares), o que representou 3,12% da meta prevista para o período, compreendendo 31 propriedades rurais nos municípios de Campos Lindos, Recursolândia, Goiatins e Centenário.

OBS: Foram regularizados 53.595,0252 hectares (cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco hectares, dois ares e cinquenta e dois centiares) em todas as regiões do Estado em 2017, mais 29.206,9825 hectares, de áreas georreferenciadas, arrecadadas e destacadas matrículas.

Assinatura

Responsável - Objetivo/Meta/Indicador



Governo do
TOCANTINS

Metas do Objetivo Regionalizadas
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Órgão:

34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS	ITERTINS
-------	---	----------

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

Promover a Regularização Fundiária

Meta:

Descrição Regularizar 12,12% da área não regularizada do território tocaninense, que representa 1.110.483,6560 ha (um milhão e cento e dez mil, quatrocentos e oitenta e três hectares, sessenta e cinco ares e sessenta centiares), nas regiões Nordeste, Sudeste, Central e Jalapão compreendendo 51 municípios.	Região Região de Planejamento Central
--	---

Referência

2016 - 2019	Unidade	Sigla	Ano	Período	Execução Acumulada	% Execução Acumulada
222.096,00	Hectare	ha	2017	3o Quadrimestre	11.240,50	5,06

Análise:

A meta do objetivo não foi alcançada com sucesso, tendo em vista que ainda é o segundo ano, do PPA em comento, onde a falta de recursos financeiro/orçamentario foi o fator principal pelo não atingimento da meta prevista. Em 2017 foi regularizado um total de 11.240,5050 ha (onze mil duzentos e quarenta hectares, cinquenta ares e cinquenta centiares), o que representou 5,06% da meta prevista para o período, compreendendo 93 propriedades rurais nos municípios de Palmas, Porto Nacional, Monte do Carmo, Brejinho, de Nazaré, Ipueiras, Ponte Alta do Bom Jesus, Santa Tereza e Rio Sono.

OBS: Foram regularizados 53.595,0252 hectares (cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco hectares, dois ares e cinquenta e dois centiares) em todas as regiões do Estado em 2017, mais 29.206,9825 hectares, de áreas georreferenciadas, arrecadadas e destacadas matrículas.

Assinatura

Responsável - Objetivo/Meta/Indicador



Governo do
TOCANTINS

Metas do Objetivo Regionalizadas
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Órgão:

34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS	ITERTINS
-------	---	----------

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

Promover a Regularização Fundiária

Meta:

Descrição Regularizar 12,12% da área não regularizada do território tocantinense, que representa 1.110.483,6560 ha (um milhão e cento e dez mil, quatrocentos e oitenta e três hectares, sessenta e cinco ares e sessenta centiares), nas regiões Nordeste, Sudeste, Central e Jalapão compreendendo 51 municípios.	Região Estadual
---	-----------------------------------

Referência

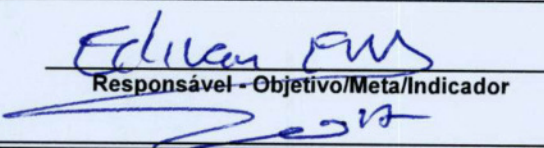
2016 - 2019	Unidade	Sigla	Ano	Período	Execução Acumulada	% Execução Acumulada
222.096,00	Hectare	ha	2017	3o Quadrimestre	4.265,66	1,92

Análise:

A meta do objetivo não foi alcançada com sucesso, tendo em vista que ainda é o segundo ano, do PPA em comento, onde a falta de recursos financeiro/orçamentário foi o fator principal pelo não atingimento da meta prevista. Em 2017 foi regularizado um total de 4.265,6603 ha (quatro mil duzentos e sessenta e cinco hectares, sessenta e seis ares e três centiares), o que representou 1,92% da meta prevista para o período, compreendendo 32 propriedades rurais, sendo 6 propriedades em 2016 e 26 propriedades em 2017, nos municípios de Araguacema, Jaú, Nazaré, Formoso do Araguaia, Ananás, Peixe, Crixas, Tupiratis, Wanderlandia, Darcinópolis e Riachinho.

OBS: Foram regularizados 53.595,0252 hectares (cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco hectares, dois ares e cinquenta e dois centiares) em todas as regiões do Estado em 2017, mais 29.206,9825 hectares, de áreas georreferenciadas, arrecadadas e destacadas matrículas.

Assinatura


Responsável - Objetivo/Meta/Indicador


 Governo do
TOCANTINS

 Ações Temáticas
 Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Unidade Gestora:

34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS
-------	---

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Iniciativa:

Iniciativa geral

Ação:

Código 3022	Título Estruturação e Modernização Institucional	Prioritária Não
----------------	---	--------------------

Orçamento - 12/2017:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
4.092.292,00	1.342.968	5.435.260,00	0,00	0,00	0,00	5.435.260,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta						0100			
--	--	--	--	--	--	------	--	--	--

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	1.342.968	1.342.968,00	0,00	0,00	0,00	1.342.968,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.122.1148	44.90.52	0100	0,00	1.342.968,00	1.342.968,00	0,00	0,00	0,00	1.342.968,00	0,00		

Alienacao de Bens						0226			
-------------------	--	--	--	--	--	------	--	--	--

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
92.292,00	0	92.292,00	0,00	0,00	0,00	92.292,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.122.1148	44.90.52	0226	82.292,00	0,00	82.292,00	0,00	0,00	0,00	82.292,00	0,00		
21.122.1148	44.90.93	0226	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda						4220			
--	--	--	--	--	--	------	--	--	--

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
4.000.000,00	0	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.122.1148	44.90.52	4220	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00		

Meta Física:

2016 1	2017 2	2018 3	2019 2	Unidade Unidade	Sigla un
-----------	-----------	-----------	-----------	--------------------	-------------

Referência:

Ano 2017	Período 3o Quadrimestre	Execução 0	% Execução 0,00	Estágio Não iniciada
-------------	----------------------------	---------------	--------------------	-------------------------

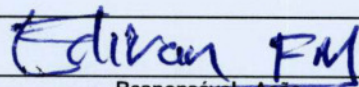
Análise:

A ação não foi executada, tendo em vista que mesmo com a autorizacao de credito adicional no valor de R\$ 1.342.968,00, houve morosidade na suplementação orçamentária do recurso para o investimento e nos procedimentos administrativos dos autos, não havendo tempo hábil para finalizar o processo de aquisição, devido ao vencimento da ata de registro de preço para adesão.

Esta Autarquia não dispunha em seu orçamento inicial para investimento, os recursos necessários na fonte 226, para suprir as necessidades de equipamentos e materiais permanentes deste órgão

Os recursos da Fonte 4220, não foram utilizados devido a não efetivação das parcerias que seriam firmadas no exercício de 2017, ficando inviável a utilização dos recursos orçamentaria aportados na referida fonte.

Assinatura


Responsável Ação



Ações Temáticas
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Unidade Gestora:

34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS
-------	---

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Iniciativa:

Iniciativa geral

Ação:

Código 4094	Título Legalização de Imóveis Rurais	Prioritária Não
----------------	---	--------------------

Orçamento - 12/2017:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
156.452,00	285.000	441.452,00	342.850,03	342.818,53	341.472,28	98.601,97	77,66	99,99	99,60

Recursos Ordinários - Administração Direta	0100
--	------

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
26.419,00	10.000	36.419,00	23.380,25	23.380,25	23.192,75	13.038,75	64,19	100	99,19

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.631.1148	33.90.14	0100	23.419,00	-2.637,00	20.782,00	20.744,00	20.744,00	20.556,50	38,00	99,81	100,00	99,09
21.631.1148	33.90.91	0100	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00		
21.631.1148	33.90.92	0100	0,00	2.637,00	2.637,00	2.636,25	2.636,25	2.636,25	0,75	99,97	100,00	100,00
21.631.1148	33.90.93	0100	1.000,00	10.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00		

Recursos de Convenios Federais	0225
--------------------------------	------

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	275.000	275.000,00	241.587,47	241.587,47	241.587,47	33.412,53	87,84	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.631.1148	33.90.93	0225	0,00	275.000,00	275.000,00	241.587,47	241.587,47	241.587,47	33.412,53	87,84	100,00	100,00

Recursos Proprios	0240
-------------------	------

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
130.033,00	0	130.033,00	77.882,31	77.850,81	76.692,06	52.150,69	59,89	99,95	98,51

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.631.1148	33.90.14	0240	83.033,00	0,00	83.033,00	71.150,00	71.118,50	69.959,75	11.883,00	85,68	99,95	98,37
21.631.1148	33.90.30	0240	12.000,00	0,00	12.000,00	6.732,31	6.732,31	6.732,31	5.267,69	56,10	100,00	100,00
21.631.1148	33.90.39	0240	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
392.000	277.620	277.620	277.620	Hectare	ha

Referência:

Ano	Período	Execução	% Execução	Estágio
2017	3o Quadrimestre	53.595	19,30	Concluída

Análise:

A ação não foi executada a contento, tendo em vista que alcançou somente 19,30% da meta prevista para 2017, que é 277.620 hectares, com uma área total regularizada de 53.595,0252 hectares (cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco hectares, dois ares e cinquenta e dois centiares) e emitidos 318 títulos definitivos de domínio, compreendendo 38 municípios das regiões Sudeste, Nordeste, Central, Jalapão e demais municípios do Estado.

Diante da demanda de atividades no exercício, a **execução financeira ocorreu satisfatoriamente**, mas com dificuldades, alcançando um índice de 77,35% de execução, onde verificou-se que as contenções de despesas proposta pelo estado com o orçamento limitado e a falta de recursos tem dificultado o alcance das metas, uma vez que não dispomos dos recursos necessários para atingir a meta prevista.

No fim do exercício financeiro de 2017, houve a necessidade de transposição do orçamento aportado na ação de Realização do Diagnóstico Fundiário Estadual (fonte 225) e da ação de Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais (fonte 0100- contrapartida), para esta ação, com a finalidade de devolução de saldo remanecente de rendimentos do Convênio nº 12.000/2007, devido o seu encerramento, com vigência em novembro de 2017.

Assinatura

Edivan F.M.

Responsável - Ação


 Governo do
TOCANTINS

 Ações Temáticas
 Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Unidade Gestora:

34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS
-------	---

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário
------	------------------------------

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Iniciativa:

Iniciativa geral

Ação:

Código 4159	Título Realização do Diagnóstico Fundiário Estadual	Prioritária Não
-----------------------	---	---------------------------

Orçamento - 12/2017:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
290.000,00	-275.000	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00		

Recursos de Convenios Federais

0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
290.000,00	-275.000	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.631.1148	33.90.14	0225	35.000,00	-35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
21.631.1148	33.90.30	0225	35.000,00	-35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
21.631.1148	33.90.39	0225	220.000,00	-205.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00		

Meta Física:

2016 5	2017 3	2018 5	2019 5	Unidade Unidade	Sigla un
------------------	------------------	------------------	------------------	---------------------------	--------------------

Referência:

Ano 2017	Período 3o Quadrimestre	Execução 9	% Execução 300,00	Estágio Concluída
--------------------	-----------------------------------	----------------------	-----------------------------	-----------------------------

Análise:

A ação não foi realizada a contento, tendo em vista que, a não execução do orçamento disponível na fonte 225, única fonte com disponibilidade orçamentária, é devido a não efetivação de novas parcerias com o Governo Federal inviabilizando a execução da ação.

Com a necessidade de saldo orçamentário na ação de legalização, ocorreu uma transposição com a finalidade de devolução de saldo remanescente de rendimentos do Convênio nº 12.000/2007, devido o seu encerramento, com vigência em novembro de 2017.

Contudo o Itertins realizou de 09 diagnóstico fundiário com total de 6.943,2734 hectares de área georeferenciada e destacada a matrícula no município de Palmas, conforme a disponibilidade técnica/financeira do órgão.

Assinatura

Edilson FM
 Responsável - Ação



Governo do
TOCANTINS

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Unidade Gestora:

34510 Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Programa:

1100 Manutenção e Gestão do Poder Executivo

Ação:

6022 Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

Orçamento - 12/2017:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
13.000,00	0	13.000,00	8.199,29	8.013,30	8.013,30	4.800,71	63,07	97,73	100,00

Recursos Proprios

0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
13.000,00	0	13.000,00	8.199,29	8.013,30	8.013,30	4.800,71	63,07	97,73	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
28.845.1100	33.90.47	0240	12.000,00	0,00	12.000,00	8.199,29	8.013,30	8.013,30	3.800,71	68,32	97,73	100,00
28.845.1100	33.90.92	0240	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00		

Referência

Ano 2017 Período 3o Quadrimestre Estágio Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista que o pagamento do PASEP é feito sobre a arrecadação deste Instituto.

A arrecadação foi menor que a esperada para o exercício, contudo foi utilizado apenas 61,64% dos recursos financeiro aportados na referida ação.

Assinatura

Belciane da Silva
Responsável pela Ação
Belciane da Silva
Mat. 1010221
ASTEP - ITERTINS



Governo do
TOCANTINS

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Unidade Gestora:

34510 Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Programa:

1100 Manutenção e Gestão do Poder Executivo

Ação:

4181 Capacitação e Qualificação de Servidores

Orçamento - 12/2017:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
25.000,00	0	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00		

Recursos Proprios

0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
25.000,00	0	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.128.1100	33.90.14	0240	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00		
21.128.1100	33.90.33	0240	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00		
21.128.1100	33.90.39	0240	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00		

Referência

Ano 2017	Período 3o Quadrimestre	Estágio Concluída
-------------	----------------------------	----------------------

Análise:

A ação não foi executada, tendo em vista as medidas de contenção de despesas em função das dificuldades financeiras, ocasionaram mudanças de prioridade no corrente ano.

A não execução ocorreu conforme inciso IV, art. 2 do Decreto nº 5.654 de 5 de junho de 2017 e demais decretos do Governo do Estado que dispõe sobre o contingenciamento de despesas do orçamento anual para o exercício de 2017.

Assinatura

Leo Janio M. Carvalho

Matrícula: 11455985-1

Setor de Recursos Humanos

Responsável Ação



Governo do
TOCANTINS

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Unidade Gestora:

34510 Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Programa:

1100 Manutenção e Gestão do Poder Executivo

Ação:

4202 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Orçamento - 12/2017:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
372.000,00	-10.000	362.000,00	229.670,35	226.988,12	226.988,12	132.329,65	63,44	98,83	100,00

Recursos Ordinários - Administração Direta

0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
191.000,00	-10.000	181.000,00	148.128,90	148.128,90	148.128,90	32.871,10	81,83	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.122.1100	33.90.08	0100	0,00	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	0,00	100,00	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.14	0100	1.000,00	6.000,00	7.000,00	4.631,00	4.631,00	4.631,00	2.369,00	66,15	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.30	0100	15.000,00	5.000,00	20.000,00	13.413,55	13.413,55	13.413,55	6.586,45	67,06	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.39	0100	80.000,00	57.573,00	137.573,00	113.657,88	113.657,88	113.657,88	23.915,12	82,61	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.47	0100	0,00	605,00	605,00	604,50	604,50	604,50	0,50	99,91	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.92	0100	95.000,00	-80.115,00	14.885,00	14.884,97	14.884,97	14.884,97	0,03	99,99	100,00	100,00

Recursos Próprios

0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
181.000,00	0	181.000,00	81.541,45	78.859,22	78.859,22	99.458,55	45,05	96,71	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.122.1100	33.90.14	0240	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00		
21.122.1100	33.90.30	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	7.638,82	7.638,82	7.638,82	2.361,18	76,38	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.33	0240	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
21.122.1100	33.90.39	0240	40.000,00	79.590,00	119.590,00	73.492,93	70.810,70	70.810,70	46.097,07	61,45	96,35	100,00
21.122.1100	33.90.92	0240	80.000,00	-79.590,00	410,00	409,70	409,70	409,70	0,30	99,92	100,00	100,00

Referência

Ano	Período	Estágio
2017	3o Quadrimestre	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, mesmo utilizando 62,70% de seus recursos, pois os mesmos só foram comprometidos conforme ocorriam as emissões de empenhos para pagamento, onde as ações de contenções propostas pelo Governo do Estado não permitiam bloqueios de orçamento ou empenhos para todo o exercício, mas sim, mediante a necessidade de pagamentos imediatos. Com o encerramento do exercício financeiro ainda no mês de outubro ocasionou a transferência de obrigações para o exercício seguinte.

As despesas custeadas por esta ação na sua maioria é o cumprimento de obrigações com contratos de manutenção e apoio administrativo de caráter continuado, natureza de despesa 39 (serviços de terceiros Pessoa Jurídica) e 92 (despesas de exercício anterior) ambas para custear os compromissos já firmados com os contratos (água, Luz, telefone, terceirização de cópias, material de consumo, despesas com postagens, segurança eletrônica, dedetização e limpeza eventual do prédio e etc.) atendendo as demandas deste Instituto de Terras.

Houve a necessidade de transposição orçamentaria desta ação no valor de R\$ 10.000,00, para custeio de devolução de contrapartida de convenio nº 12.000/2007, para a ação de legalização de imóveis rurais.

Assinatura

Francisca de Araújo Silva
Gerente Administrativo
Responsável Ação



Governo do
TOCANTINS

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Unidade Gestora:

34510 Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Programa:

1100 Manutenção e Gestão do Poder Executivo

Ação:

4217 Manutenção de Recursos Humanos

Orçamento - 12/2017:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
5.341.820,00	305.900	5.647.720,00	5.564.289,35	5.564.289,35	5.257.450,19	83.430,65	98,52	100,00	94,48

Recursos Ordinários - Administração Direta

0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
5.341.820,00	305.900	5.647.720,00	5.564.289,35	5.564.289,35	5.257.450,19	83.430,65	98,52	100	94,48

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.122.1100	31.90.04	0100	0,00	96.845,00	96.845,00	81.536,49	81.536,49	81.536,49	15.308,51	84,19	100,00	100,00
21.122.1100	31.90.11	0100	3.248.820,00	1.201.691,00	4.450.511,00	4.446.134,49	4.446.134,49	4.182.798,08	4.376,51	99,90	100,00	94,07
21.122.1100	31.90.13	0100	390.000,00	-69.800,00	320.200,00	319.525,97	319.525,97	319.525,97	674,03	99,78	100,00	100,00
21.122.1100	31.90.92	0100	620.000,00	-28.000,00	592.000,00	589.336,75	589.336,75	545.834,00	2.663,25	99,55	100,00	92,61
21.122.1100	31.90.94	0100	50.000,00	-7.000,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	43.000,00	0,00		
21.122.1100	31.91.13	0100	960.000,00	-899.836,00	60.164,00	43.217,12	43.217,12	43.217,12	16.946,88	71,83	100,00	100,00
21.122.1100	31.91.92	0100	73.000,00	12.000,00	85.000,00	84.538,53	84.538,53	84.538,53	461,47	99,45	100,00	100,00

Referência

Ano	Período	Estágio
2017	3o Quadrimestre	Concluída

Análise:

A ação foi realizada a contento, tendo em vista os salários dos servidores estão em dia.

O orçamento inicialmente liberado para manutenção de recursos humanos deste Instituto de Terras, não eram suficientes para cumprir todas as obrigações firmadas no exercício de 2017, necessitando de crédito adicional, em 31 de dezembro constam pendências referente as consignações e encargos da folha por falta de recursos financeiros e orçamentários.

Com o encerramento do exercício financeiro ainda no mês de outubro ocasionou a transferência de algumas obrigações para o exercício seguinte, comprometendo ainda mais o orçamento disponibilizado que já é insuciente para cumprir com as obrigações do exercício.

Assinatura

Leo Janio M. Carvalho
Matrícula: 11455985-1
Setor de Recursos Humanos
ITERTINS



Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Unidade Gestora:

34510 Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Programa:

1100 Manutenção e Gestão do Poder Executivo

Ação:

4243 Manutenção de Serviços de Informática

Orçamento - 12/2017:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.125.000,00	0	2.125.000,00	6.319,23	6.319,23	6.319,23	2.118.680,77	0,29	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta

0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
5.000,00	0	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.126.1100	33.90.30	0100	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00		

Alienacao de Bens

0226

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
100.000,00	0	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.126.1100	44.90.52	0226	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		

Recursos Proprios

0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
20.000,00	0	20.000,00	6.319,23	6.319,23	6.319,23	13.680,77	31,59	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.126.1100	33.90.30	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	6.319,23	6.319,23	6.319,23	3.680,77	63,19	100,00	100,00
21.126.1100	33.90.39	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda

4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
2.000.000,00	0	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.126.1100	44.90.52	4220	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00		

Referência

Ano 2017	Período 3o Quadrimestre	Estágio Concluída
-------------	----------------------------	----------------------

Análise:

A ação não foi executada a contento tendo em vista a escassez de recursos financeiros para investimento, considerando os Decretos nº 5612, 5654, 5683 e 5678 do Governo do Estado que dispõe sobre o contingenciamento de despesas do orçamento anual para o exercício de 2017.

Os recursos aportados nas fontes para Investimento 0226, fonte com recurso proveniente de arrecadação, não foi suficiente para custear as despesas com equipamentos tecnologicos que órgão necessita.

Já a fonte 04220 com recurso proveniente de parcerias com órgãos externos, não foi utilizado devida a não formalização dessas parcerias previstas para 2017.

As fonte para custeio de despesas corrente 0100 e 0240 foram utilizadas conforme disponibilidade de cota financeira liberada pela SEFAZ.

Assinatura

08/02/2018

Ações de Gestão Financeira
Responsável - Ação



João Batista Vieira Noletto
Gerente de TI
Mat. 491801-5 ITERTINS

ITERTINS	
Fls.	46
Ass.	B



Governo do
TOCANTINS

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2017

Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Unidade Gestora:

34510 Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS

Programa:

1100 Manutenção e Gestão do Poder Executivo

Ação:

4269 Manutenção e Serviços de Transporte

Orçamento - 12/2017:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
130.000,00	0	130.000,00	102.423,63	102.423,63	102.423,63	27.576,37	78,78	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta

0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
75.000,00	0	75.000,00	65.937,50	65.937,50	65.937,50	9.062,50	87,91	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.122.1100	33.90.30	0100	20.000,00	0,00	20.000,00	15.337,50	15.337,50	15.337,50	4.662,50	76,68	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.39	0100	5.000,00	36.200,00	41.200,00	36.800,00	36.800,00	36.800,00	4.400,00	89,32	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.92	0100	50.000,00	-36.200,00	13.800,00	13.800,00	13.800,00	13.800,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Recursos Proprios

0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
55.000,00	0	55.000,00	36.486,13	36.486,13	36.486,13	18.513,87	66,33	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2017							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
21.122.1100	33.90.30	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	446,83	446,83	446,83	9.553,17	4,46	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.39	0240	30.000,00	5.730,00	35.730,00	26.769,30	26.769,30	26.769,30	8.960,70	74,92	100,00	100,00
21.122.1100	33.90.92	0240	15.000,00	-5.730,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Referência

Ano	Período	Estágio
2017	3o Quadrimestre	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento tendo em vista, que os processos 2016/3451/00023, 2014/34510/000.026 de Manutenção e abastecimento da Frota de Veículos, o processo 2013/2300/009.891 de abastecimento (PETROBRÁS) possibilitaram a manutenção da Frota desta Pasta, e o processo 2015/2300/2231 de locação de veículos necessários à execução e ao auxílio dos trabalhos desenvolvidos nas atividades meio e fim deste Instituto de Terras, mesmo tendo recurso para custear as despesas, onde os aportes orçamentários disponíveis eram suficientes para arcar com o custeio das despesas de manutenção dos veículos oficiais deste Instituto.

Porém as ações de contenções propostas pelo Governo do Estado e com o encerramento do exercício financeiro ainda no mês de outubro ocasionou a transferencia de algumas obrigações para o exercício seguinte.

Assinatura

Saudemir Alves Pugas
Responsável - Ação

Saudemir Alves Pugas
Mat.: 547810-5
Setor de Transportes

**5.6.2 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS
(1134)**

MACRODESAFIO: GESTAO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS

EIXO: MANUTENÇÃO E GESTÃO.

Ações	Autorizado	Executado ¹	%	Saldo
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	13.000,00	8.199,29	63,07	4.800,71
Capacitação e Qualificação de Servidores	25.000,00	0,00	0,0	25.000,00
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	362.000,00	229.670,35	63,44	132,329,65
Manutenção de Recursos Humanos	5.341.820,00	5.564.289,35	98,52	83.430,65
Ações de Informática	2.125.000,00	6.319,23	0,29	2.118.680,77
Manutenção de Serviços de Transportes	130.000,00	102.423,63	78,78	27.576,37
TOTAL	7.996,820,00	5.910.901,85	73,91	2.254.687,79

Indicador: Índice de Eficiência da Execução Orçamentária do Programa
Manutenção do Instituto de Terras do Estado do Tocantins

Fórmula: $\frac{\text{Total do orçamento executado} \times 100}{\text{Total do orçamento autorizado}}$

$$\frac{6.814.505,45 \times 100}{8.414.613,00} = 73,91\%$$

5.6.2.1 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais (4202):

Nesta ação são apropriadas todas as despesas tipicamente administrativas, tais como: contas telefônicas, de água e energia, concessão de diárias, pagamento de serviços prestados por terceiros, aquisição de material de expediente e permanente. Desse modo ficaram registrados gastos no valor de **R\$ 229.670,35** (duzentos e vinte nove mil, seiscentos

¹ Valor empenhado



e setenta reais e trinta e cinco centavos).

5.6.2.1.1 - Patrimônio: O Patrimônio do ITERTINS é controlado através do Sistema de Patrimônio – SISPAT/SIATO, administrado pela Secretaria da Administração, a qual permite fazer a inclusão e movimentação dos bens adquiridos pelos ITERTINS e por meio de seu Gestor Patrimonial, com a coparticipação dos Responsáveis Setoriais, mediante utilização dos Termos de Responsabilidade – TR.

Em 2017 foi instituída através da **PORTARIA/ITERTINS Nº 160/2017**, de 03 de abril de 2017, a comissão permanente de patrimônio, com a finalidade de conferir a existência e localização dos bens constantes no acervo patrimonial, atualizando as informações, quando necessárias do acervo patrimonial deste Instituto de Terras.

5.6.2.1.2 - Almoxarifado: O Almoxarifado do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS é controlado através da plataforma SIATO- Sistema Integrado Administrativo do Tocantins, o qual encontra-se conferido e ajustado, conforme registros disponíveis no SIAFEM.

5.6.2.2 – Capacitação e Qualificação de Servidores: Essa ação foi apropriada, no ano de 2017, com a finalidade de custear as despesas decorrentes de cursos para aperfeiçoamento dos servidores nas áreas de administração, recursos humanos, finanças, jurídica, técnica e informática. A referida ação não foi executada em atendimento ao inciso IV, art. 2 do Decreto nº 5.654 de 5 de junho de 2017 e demais decretos do Governo do Estado que dispõe sobre o contingenciamento de despesas do orçamento anual para o exercício de 2017.

5.6.2.3 - Manutenção de Recursos Humanos: Nesta ação, apropriam-se os gastos com remuneração do pessoal e encargos sociais, controlado pelo **Sistema de Gestão de Pessoal e Folha de Pagamento – ERGON**, coordenado pela Secretaria da Administração – SECAD.

Nesse sentido a folha de pagamentos do Instituto é elaborada mensalmente através



da alimentação de dados, através do setor de Recursos Humanos.

Cumpre informar, que o valor empenhado com remuneração do pessoal do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS, totalizou a quantia de **R\$ 5.564.289,35** (cinco milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos) para o período em análise.

O quadro de pessoal ativo deste Órgão no exercício em testilha, conforme demonstrado em relatório adiante, foi composto de 111 (cento e onze) servidores, sendo que destes, 46 (quarenta e seis) são cargos exclusivamente comissionados, 36 (trinta e seis) cargos efetivos, 12 (doze) efetivos com função/comissão e 3 (três) efetivos/comissionados, todos devidamente ocupados.

Indicador: Índice de Eficiência de Aumento do Quadro de Pessoal

Fórmula: $\frac{\text{Quadro de Servidores Atual} \times 100}{\text{Quantidade de Servidores Necessária}}$

$$\frac{111 \times 100}{130} = 85,38\%$$

O número de servidores deste Instituto de Terras, no exercício de 2017, representa um percentual de apenas 85,38% (oitenta e cinco vírgula trinta e oito por cento) do número anteriormente considerado ideal, que é de 130 (cento e trinta) servidores.

5.6.2.4 - Ações de Informática: Até 31 de dezembro de 2017, foram apropriados gastos nesta ação, o valor total de R\$ 6.319,23 (cinco mil, trezentos e dezenove reais e vinte e três centavos), com pagamento de aquisição de material de informática, a fim de atender a demanda deste Instituto.

5.6.2.5- Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público – PASEP -

Nesta ação foi utilizado o montante de **R\$ 8.199,29** (oito mil e cento e noventa e nove reais e vinte e nove centavos), durante o exercício de 2017, para contribuição do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.



5.6.2.6 - Manutenção de Serviços de Transporte: Nesta ação foram apropriadas, no ano de 2017, as despesas relativas à manutenção de 9 (nove) veículos, adstritos ao ITERTINS, tais veículos são do tipo camionetes pick-up (Ranger e L-200 TRINTON E OUTDOOR), cujas despesas alcançaram o valor de R\$ 102.423,63 (cento e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos).

5.6.2.7 - Do Programa de Apoio Administrativo ainda se destaca o seguinte:

- a) Manutenção do quantitativo do quadro de pessoal, cujo contingente passou de um total de 103 (cento e três) para 111 (cento e onze) servidores;
- b) Emissão de 580 (quinhentos e oitenta) pareceres;
- c) Autuação e tramitação de 743 (setecentos e quarenta e três) processos administrativos/fundiários e 12.352 documentos protocolados.
- d) 927 (novecentos e vinte e sete) ofícios expedidos;
- e) Revisão do Plano Pluri Anual – PPA 2016-2019 deste Instituto de Terras para o exercício de 2017, envolvendo as Diretorias, gerencias diversas, com participação de servidores da Assessoria Técnica de Planejamento e da Gerencia de Execução Orçamentária Financeira e Contábil, visando a inserção de ações objetivas para a resolução dos problemas apontados pelos stakeholders;
- f) 860 (oitocentos e quarenta e cinco), despachos administrativos, dando celeridade à tramitação processual;
- g) Outros serviços administrativos de apoio à consecução dos objetivos do órgão:

➤ **Financeiro**

Consigna-se que aos cofres Públicos Estaduais foi arrecadado no período de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2016, o valor total de **R\$ 769.872,82** (setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos), alcançando média mensal de arrecadação, no valor de **R\$ 64.156,07** (sessenta e quatro mil, cento e cinquenta e seis reais e sete centavos), conforme demonstra o quadro abaixo:



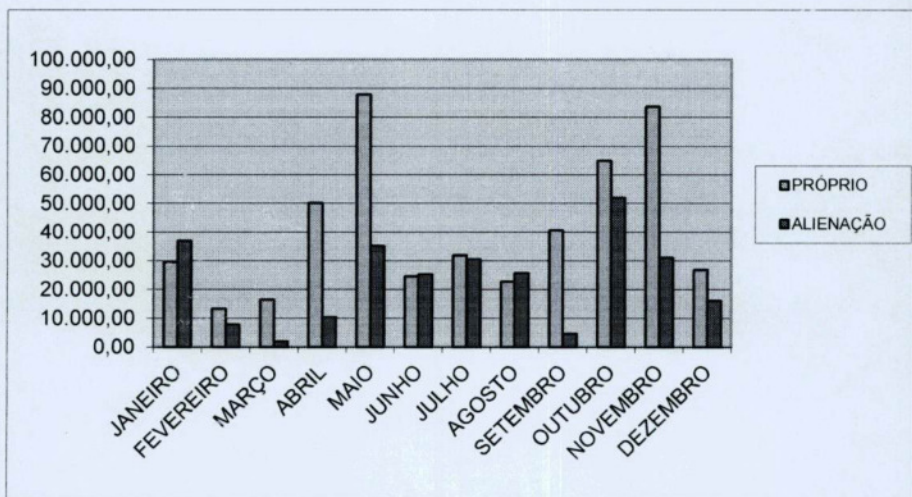
Arrecadação/2017 (Taxas/Guias de VTN)

2017	PRÓPRIO	ALIENAÇÃO	TOTAL
JANEIRO	29.523,77	36.896,00	66.419,77
FEVEREIRO	13.287,01	7.857,16	21.144,17
MARÇO	16.385,47	1.980,09	18.365,56
ABRIL	50.153,50	10.382,62	60.536,12
MAIO	87.817,39	35.099,23	122.916,62
JUNHO	24.598,61	25.252,59	49.851,20
JULHO	31.893,74	30.506,81	62.400,55
AGOSTO	22.808,83	25.658,17	48.467,00
SETEMBRO	40.694,93	4.600,27	45.295,20
OUTUBRO	64.925,71	51.878,96	116.804,67
NOVEMBRO	83.712,40	31.070,35	114.782,75
DEZEMBRO	26.795,97	16.093,24	42.889,21
TOTAIS	492.597,33	277.275,49	769.872,82

MEDIA MENSAL ----->

64.156,07

HISTORICO DE ARRECADAÇÃO 2017



5.6.3 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO (1148)

MACRODESAFIO: DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

EIXO - 4: DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

Objetivo:	Promover a Regularização Fundiária (222)								
Prazo de Execução:	Contínuo – PPA- 01/01/2016 a 31/12/2019								
Indicador Específico:	Unidade de Medida		Índice Atual		Data da apuração		Índice Desejado		
% de regularização fundiária		Porcentagem		67%		Set/2015		71%	
META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA									
Ação		Recursos (R\$)				Metas Físicas			
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	Liquidado	%	Prevista	Executada	%	
4094	Legalização de Imóveis Rurais	441.452,00	342.850,03	342.818,53	77,35	277.620.000 ha	53.595	5,33	
4159	Realização de Diagnostico Fundiário	15.000,00	0,00	0,00	0	3 un	0 un	0,00	
3022	Estruturação e Modernização Institucional	4.092.292,00	0,00	0,00	0	2	0	0	
TOTAL DO PROGRAMA		4.548.744,00	342.850,03	342.818,53	7,53				

No quadro acima citado, demonstra que dos recursos orçamentários autorizados para as ações do Programa de Desenvolvimento Agropecuário foram utilizados apenas 7,53% (sete vírgula cinquenta e três por cento), do valor disponível (R\$ 4.548.744,00), que corresponde (R\$ 342.850,03). A baixa execução orçamentario/financeira, justifica-se a frente no relatório de acompanhamento do Sistema de Gestão da CGE.



Indicador: Índice de Eficiência da Execução Orçamentária do Programa de Desenvolvimento Agropecuário

Fórmula: $\frac{\text{Total do orçamento executado} \times 100}{\text{Total do orçamento aprovado}}$

$$\frac{342.850,03 \times 100}{4.548.744} = 7,53\%$$

5.6.3.1 - Legalização de Imóveis Rurais (4094): Nesta ação consigna-se que no exercício de 2017, houveram 318 expedições de títulos definitivos de propriedades rurais, (173 a mais que no exercício anterior) perfazendo uma área de 53.595,0252 ha (cinquenta e tres mil, quinhentos e noventa e cinco hectares, dois ares, cinquenta e dois centiares), o que representa 19,31% (dezenove virgula trinta e um por cento) da meta anual prevista, qual seja, 277.620 ha (duzentos e setenta e sete mil e seiscentos e vinte hectares) devidamente regularizados.

Publicação de 51 (cinquenta e uma) portarias de arrecadação de imóvel, totalizando uma área de 22.263,7091 ha (vinte e dois mil, duzentos e sessenta e três hectares, setenta ares e noventa e um centiares).

5.6.3.2 – Realização de Diagnóstico Fundiário (4159): Realização de 36 visitas em campo para realização de diagnósticos e vistorias ocupacionais no município de Palmas; realização de 09 diagnóstico fundiário com total de 6.943,2734 hectares de área georeferenciada e destacada a matrícula no município de Palmas.

5.6.3.3. - Estruturação e Modernização Institucional (3022): A referida ação não foi iniciada por falta de recursos para investimento.

5.6.3.4 - Do Programa de Desenvolvimento Agropecuário com o objetivo de Promover a Regularização Fundiária, podemos destacar ainda uma grande demanda de trabalhos internos, os quais não acarretaram despesas financeiras/orçamentarias para a Pasta. Listemos algumas atividades/resultados realizados e/ou alcançados:



- a) Realização de 36 (oitenta e sete) vistorias técnicas; 217 vistorias ocupacionais;
- b) Conferência de 248 (duzentos e quarenta e oito) peças técnicas;
- c) Resposta a 315 Ofícios oriundos da Procuradoria Geral do Estado - PGE, acerca de Ações de Usucapião e informações diversas; atendidos 18 Ofícios do INCRA solicitando informações acerca da veracidade de Títulos e Certidões; 8 Ofícios do Poder Judiciário; 13 Ofícios do Cartório de Registro de Imóveis, com a finalidade de informações acerca de georreferenciamento de imóveis rurais; 12 Ofícios da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e 11 Ofícios de delegacias por questões agrarias;
- d) Realização de 85 (oitenta e seis) Perícias/Avaliações com a finalidade de se determinar o preço de mercado de imóveis rurais, no tocante a indenizações acerca de 10 relatórios emitido Ações Judiciais realizadas com o intuito de subsidiar o judiciário na solução de litígios e ações de usucapião e divisas. Tais trabalhos geram uma economia aos cofres públicos extremamente significativa em valores Reais; solicitação por parte da Procuradoria Geral do Estado - PGE acerca da manifestação deste Setor em QUE foram analisados e respondidos através de Pareceres Técnicos; 372 Solicitações de Viagens, com a finalidade de atender as demandas da Diretoria de Regularização Fundiária;
- e) Notificação de mais de 400 interessados nos processos de Regularização Fundiária, através de telefonemas, e-mails, contatos diretos, correspondências ou até mesmo visitas in loco;
- f) Prestação de contas do Convênio 12.0000/2007 INCRA/ITERTINS, com a entrega de 248 parcelas em 3 assentamentos, sendo Loteamentos PA's São Pedro (São Valério da Natividade), Brejinho (Miracema) e Paraíso (Araguaína e Pau d'Arco).

5.7 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS



No exercício ao qual se refere a presente Prestação de Contas, foi realizada uma transferência de recursos a título de devolução de saldo de rendimentos do convênio onde os recursos foram devidamente aplicados, o que permitiu atingir o objetivo proposto.

- INCRA: convênio nº 12.000/2007, está em fase de análise pela concedente, a sua prestação de contas.

Este Instituto possui convênios vigentes com órgãos Federais e Entidades Privadas em andamento:

- INVESTICO: Convênio Nº: Ajc-15007-0348/2000 Itertins / Investico, aguardando finalização dos processos judiciais de desapropriação (em grau de Recurso Especial no STJ).
- ENERPEIXE: Convênio Nº Px-To-5415-Co-030/02 – Itertins / Enerpeixe ainda em andamento e até o momento em consonância com o que pactuado.

5.8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o relatório demonstra que os objetivos e metas contidas na programação anual, especificadas na proposta orçamentária aprovadas foram satisfatórios.

Este Instituto se encontra entre as 5 (cinco) pastas do poder executivo Estadual que obteve índices satisfatórios de economicidades em suas despesas, conforme meta estabelecida pelo Decreto nº 5.654, de 5 de julho de 2017.

Nesse passo, o Instituto de Terras do Estado do Tocantins, tem avançado em sua estratégia de fortalecer o relacionamento com o setor produtivo, seguindo a trajetória de aumento consistente de sua participação no desenvolvimento do setor rural do Estado do Tocantins, cujo crescimento – inevitavelmente – se inicia pela regularização fundiária.

Por fim, é de se ressaltar que no transcorrer do exercício a execução das ações institucionais previstas na legislação vigente alcançou os parâmetros estabelecidos, vez



que se buscou dar prosseguimento as atividades desta autarquia almejando a concretização de sua finalidade pública, para tanto se visou intensificar a relação administração/usuário, por meio de parcerias com outras entidades da administração direta e indireta, da União, estados e municípios, bem como a iniciativa privada.

A promoção da missão deste Instituto de Terras, consistente no desenvolvimento de políticas públicas regularização fundiária, pautando a atividade administrativa desta Unidade Gestora cuja a finalidade é beneficiar, primordialmente o homem do campo, tudo em conformidade com o interesse público inerente ao Estado bem como, os princípios basilares da Administração Pública, sobre tudo, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Estado do Tocantins, aos 07 dias de fevereiro de 2018.



Júlio César Machado
Gestor

